

Nunca esquecer os diplomatas salvadores

Augusto Santos Silva

**Intervenção na sessão de homenagem promovida pelo Ministério dos Negócios
Estrangeiros, 10 de dezembro de 2021**

1. O projeto Nunca Esquecer

O projeto Nunca Esquecer – Programa Nacional em Torno da Memória do Holocausto foi iniciado em 2020, por ocasião do octogésimo aniversário do salvamento de milhares de pessoas pelo então cônsul de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes. Entendemos que era indispensável recordar esse ato de coragem e humanidade. Felizmente, hoje, em Portugal e no mundo, o exemplo de Aristides é bem conhecido e celebrado. Mas importa mantê-lo sempre vivo, designadamente entre as novas gerações, através das escolas, das instituições cívicas e do espaço público. E ainda tínhamos por terminar o processo de reparação que lhe era devido.

Aristides de Sousa Mendes foi, sem dúvida, o português que mais se destacou no salvamento de pessoas vítimas da barbárie nazi; não foi, porém, o único. Outros diplomatas portugueses contribuíram para esse salvamento: hoje está bem documentada a ação de Sampaio Garrido e Teixeira Branquinho em Budapeste, em 1944, e a investigação histórica vem mostrando que outros diplomatas no estrangeiro procuraram intervir em favor, designadamente, de judeus perseguidos, por vezes com algum sucesso. E não foram só diplomatas os que o fizeram. O padre Joaquim Carreira, então reitor do Colégio Pontifício Português em Roma, escondeu e alimentou, entre 1942 e 1943, dezenas de perseguidos, na maioria judeus ou antifascistas. E talvez o operário imigrado José Brito Mendes e sua mulher Marie-Louise que em 1942, nos arredores de Paris, acolheram e salvaram a filha dos vizinhos, judeus polacos, que haviam sido deportados, arriscando a sua própria deportação, não sejam o único caso de ações de salvamento empreendidas por pessoas humildes e comuns, movidas apenas por compaixão, firmeza e coragem.

Por isso, foi objetivo central do projeto Nunca Esquecer divulgar mais sistematicamente as figuras e ações de todos quantos, independentemente da sua condição e categoria profissional, intervieram conscientemente, com sacrifício do seu bem-estar ou tranquilidade, para ajudar pessoas cuja pertença ou identidade étnica, religiosa, política ou sexual colocava como alvos do horror nazi.

Uma dimensão ainda menos conhecida da opinião pública portuguesa é, entretanto, a relativa às vítimas do universo concentracionário nazi. Só recentemente é que os trabalhos de historiadores têm abordado e identificado os portugueses que, por diversas razões, estiveram internados e detidos em campos de concentração, campos de trabalhos forçados e de trabalho escravo e campos de prisioneiros de guerra com recurso a trabalho forçado. São centenas as que se conseguiram descobrir, identificar e registar, pessoas que passaram por Mauthausen, Dachau, Buchenwald, Auschwitz e outros lugares do terror. Também essas devem ser reconhecidas e homenageadas; e contribuir para tal foi outro dos propósitos fundamentais do projeto Nunca Esquecer.

A melhor maneira de homenagear vítimas e salvadores é, todavia, agir para prevenir que barbáries semelhantes àquela que viveram possam ocorrer de novo. Não só na forma extrema que no nazismo levou ao Holocausto, isto é, ao extermínio deliberado e programado de milhões de judeus pelo simples facto de o serem – processo que não deve ser confundido com nenhum outro; mas também em todas as formas de denegação da dignidade humana e da igualdade perante a lei, nomeadamente o racismo, a xenofobia, a perseguição com base em pertença a comunidades étnicas, de culturas, crenças e religiões – como, entre outras, o antissemitismo, a islamofobia ou a cristianofobia –, o anticiganismo, a perseguição com base no género, idade ou vulnerabilidades, a perseguição de toda a sorte de minorias e quaisquer outras formas de intolerância.

A consciência da necessidade e urgência do combate a todas estas formas de discriminação deve ser generalizada; e o instrumento incontornável de generalização é a educação para a cidadania, não só nas escolas como nos demais espaços de socialização. Sem embargo, atenção equivalente deve ser prestada à forma como as diversas instituições e serviços do poder e da administração pública se comportam perante aqueles que são oriundos dos grupos socialmente periféricos, longamente sujeitos a opressão e silenciamento. O reconhecimento dos direitos começa também aí, no respeito pelos direitos concretos de tal ou tal pessoa concreta, quando ela vai tratar dos papéis de

identidade, ou da matrícula dos filhos, ou do abono de família, ou da renda da casa, ou de um pleito judicial.

Estas duas áreas, a formação cívica nas escolas e a formação em direitos humanos nas várias instâncias do Estado e da administração pública, representaram outros vetores estruturantes do projeto Nunca Esquecer.

Sob a coordenação da comissária Marta Santos Pais, a quem é devido um agradecimento público pelo entusiasmo, dedicação e eficácia, e envolvendo uma equipa interministerial em que estiveram representadas as áreas dos negócios estrangeiros, da igualdade, da justiça, da administração pública, da cultura, da ciência, do ensino superior e da educação, o projeto Nunca Esquecer desenvolveu-se em quatro eixos: o conhecimento, dedicado à investigação, à edição e ao ensino universitário sobre o Holocausto e o universo concentracionário; a educação, centrada no trabalho com as escolas e na formação dos professores; a memória e o reconhecimento institucional, com a homenagem devida a salvadores e a vítimas, ao nível nacional e local; e a divulgação, realizada através de colóquios e exposições, além da toponímia, da numismática e da filatelia.

Entre os resultados principais conseguidos até agora, permito-me destacar a publicação dos três livros da coleção Essencial da Imprensa Nacional, sobre as vítimas portuguesas do regime concentracionário nazi, sobre a ação de Aristides de Sousa Mendes e sobre o papel de outros salvadores portugueses (da autoria, respetivamente, de uma equipa coordenada por Fernando Rosas, de Cláudia Ninhos e de Margarida de Magalhães Ramalho); as emissões filatélicas e numismáticas comemorativas; as conferências, exposições e homenagens realizadas em diferentes pontos de Portugal e do estrangeiro.

A continuidade dos objetivos do projeto Nunca Esquecer está garantida, designadamente através dos programas e ações que ele desencadeou e que se desenvolvem para além dele. Refiro-me, designadamente, ao projeto de musealização da Casa do Passal; às investigações financiadas através do concurso promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em parceria com instituições científicas e de ensino superior; à plataforma eletrónica dedicada à memória do Holocausto, de acesso livre; pelo prémio autárquico que distingue boas práticas locais em matéria de direitos humanos, cuja primeira edição já se concluiu e cuja segunda edição se encontra em curso; ao programa de capacitação dirigido a funcionários da administração pública, que ficou lançado e terá todos os anos

ações de formação. Entretanto, em dezembro de 2019, Portugal tornou-se membro de pleno direito da IHRA, a Aliança Internacional em Memória do Holocausto.

2. A ação dos diplomatas portugueses

Vários diplomatas portugueses colocados em distintos países europeus foram testemunhas dos terríveis anos 30, os tempos da gestação e irrupção da barbárie nazi. Inquietaram-se com a sorte de portugueses desaparecidos na economia de guerra e no sistema concentracionário; inquietaram-se eles, que o Estado nada se preocupou nem diligenciou, muito embora os apelos recebidos de familiares e amigos. Assistiram às campanhas de ódio contra os judeus, ao aumento da influência social e política dos movimentos e partidos que disso faziam sua bandeira, às perseguições e violências cometidas contra judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência e antifascistas. Viram ser aprovadas as leis contra judeus e estes serem impedidos de terem as mínimas condições de vida. Viram germinar e crescer a semente que haveria de conduzir à “Solução Final”. Dos seus postos na Alemanha e em França, observaram primeiro a desqualificação, depois a perseguição e, por fim, a eliminação de judeus de todas as idades e estatutos. Alguns deles disso fizeram reporte a Lisboa e vários (como Veiga Simões, Manuel Homem de Mello ou Augusto Ribeiro de Melo) agiram para proteger os perseguidos, mesmo sabendo não terem cobertura ou contarem mesmo com a oposição da sua capital; ou (como José Augusto de Magalhães) protestaram contra as ordens de Lisboa. Conhecemos ainda mal os contornos precisos do conjunto destas diligências de aviso, preocupação ou ação, a sua extensão e a dimensão dos seus resultados. A investigação histórica que está em curso vai certamente permitir-nos melhorar a informação disponível e homenagear expressamente cada um destes diplomatas.

Sampaio Garrido, o embaixador em Budapeste em 1944, que apoiou decisivamente quase um milhar de judeus, concedendo-lhes passaportes de proteção, é hoje razoavelmente conhecido. O Yad Vashem considerou-o em 2010, merecidamente, “justo entre as Nações”, como já havia feito a Aristides de Sousa Mendes logo em 1966. Quanto ao encarregado de negócios que lhe sucedeu, Teixeira Branquinho, e também foi salvador, o tributo devido ainda não foi inteiramente prestado. Ficam já ambos, hoje, individualmente referidos, como Aristides, na inscrição lapidar com que perpetuamos,

homenageamos e agradecemos o exemplo de humanidade e grandeza moral que nos legaram.

Face a estes diplomatas, cujas ações já conhecemos bem ou ainda estamos a conhecer, o caso de Aristides Sousa Mendes é, contudo, singular. Em várias ocasiões, o cônsul português em Bordéus agira para proteger indivíduos em necessidade. Mas fê-lo com especial intensidade nuns poucos dias de junho de 1940, quando, confrontado com a mole humana de refugiados que fugiam do exército nazi na sequência da queda de Paris, e procuravam chegar pelas estradas do Sul a lugares seguros, decidiu passar indiscriminadamente vistos para Portugal a todos quantos os solicitavam. Passou todos quantos pôde. Em dias frenéticos, atribuiu milhares e, assim, salvou um número não apurado, mas que sabemos nessa ordem de grandeza, de vidas humanas.

Para fazê-lo, teve de desobedecer a ordens expressas provenientes dos seus superiores diretos. Desobedeceu à tristemente famosa circular 14 do ministro dos Negócios Estrangeiros, Oliveira Salazar, a qual proibia terminantemente a todas as autoridades consulares portuguesas a concessão, sem autorização prévia do Ministério, de vistos aos judeus expulsos dos seus países de nacionalidade ou origem, bem como a outros refugiados, a apátridas, a russos e a todos quantos, dizendo-se em trânsito, não apresentassem provas de serem aceites no destino. Desobedeceu à circular 23, que mandava os consulados remeterem diretamente os pedidos de visto à polícia política (então PVDE, futura PIDE). Desobedeceu às ordens lhe foram pessoalmente dirigidas e o proibiam a ele de conceder quaisquer vistos ou passaportes. Desobedeceu consciente e reiteradamente.

Não era a primeira vez que Aristides de Sousa Mendes era suspeito ou acusado de incumprir. A sua carreira no ministério era, por assim dizer, assombrada por episódios anteriores de real ou alegado menor zelo na assunção de deveres profissionais e por uma reputação algo negativa. E, para todos os efeitos, era um simples cônsul. Irmão gémeo de um diplomata ilustre que haveria de ser ministro, conservador nas convicções políticas, morais e religiosas, pai de uma família numerosa e sofrendo permanentemente de problemas financeiros, Aristides não era propriamente alguém que pudesse ser antecipadamente visto como uma figura superlativa. Mas o facto é que naqueles dias de junho de 1940 se transcendeu, depois de uma luta íntima consigo próprio e com o propósito claro de poupar vidas. Como veio a escrever em sua defesa, na contestação ao

processo que lhe seria movido: “era realmente meu objetivo salvar toda aquela gente, cuja aflição era indescritível”, sendo “a minha atitude inspirada única e exclusivamente nos sentimentos de altruísmo e de generosidade de que os portugueses, ao longo dos seus oito séculos de história, souberam tantas vezes dar provas eloquentes”.

3. A reparação devida a Aristides de Sousa Mendes

Sabemos que Aristides salvou muitas vidas. Sobretudo vidas de judeus. Aqueles que ele salvou, e os seus filhos e netos, testemunham-no com uma força que nenhuma narrativa conseguiria exceder. Sabemos, pelas suas próprias palavras, que agiu “segundo os ditames da [...] consciência”, movido por “dever elementar de humanidade” e sem cuidar do seu próprio bem-estar. Sabemos que sabia que estava a desobedecer e que iria, ele e a sua família, pagar por isso. Sabemos que aproveitou todas as possibilidades institucionais e materiais de agir e que foi até ao limite da sua capacidade física. Sabemos que o preço da desobediência, quer dizer, o preço de ter salvo tantas vidas, foi o mais alto: a expulsão da carreira diplomática, a marginalização, a recusa de quaisquer meios, a miséria e a solidão. Salazar não lhe perdoou e não descansou enquanto não consumou o seu desforço. Nos meios da oposição, a sua ação não foi reconhecida nem valorizada. Talvez por ignorância, talvez por não lhes pertencer. O Estado Novo terá sido tanto mais implacável quanto ele provinha das fileiras monárquicas e conservadoras. Os apelos que endereçou à Igreja Católica portuguesa e ao Vaticano, se foram recebidos, não encontraram eco.

Quando morreu, em 1954, Aristides era um homem só, fragilíssimo, paupérrimo, desonrado. A sua reabilitação só foi possível depois do 25 de Abril, depois de derrubado o Estado Novo. Foi, mesmo assim, uma reabilitação inquietantemente demorada. Em 1976, os ministros dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes e Medeiros Ferreira deram os primeiros passos. Mas só em 1988 uma lei da Assembleia da República o reintegrou na carreira diplomática com a categoria de embaixador, por iniciativa, entre outros, do então deputado Jaime Gama, anterior e futuro ministro nas Necessidades. Entretanto, em 1987 o Presidente Mário Soares atribuíra-lhe, postumamente, a Ordem da Liberdade. Em 1998, foi homenageado pelo Parlamento Europeu. Em setembro de 2000, sob a direção de Manuela Franco, o Instituto Diplomático organiza nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros uma exposição documental intitulada *Vidas poupadas. A ação de*

três diplomatas portuguesas na II Guerra Mundial, dedicada a Aristides, Garrido e Branquinho. E, em 2006-2007, um programa da televisão pública sob a forma de concurso (“Os Grandes Portugueses”) projetou a história e a figura de Aristides para o conjunto da opinião pública.

Com inteiro merecimento, Aristides tornar-se-ia, nas últimas décadas, num herói nacional e popular. Estudado, celebrado e divulgado nas instituições, nas escolas, na imprensa, na produção audiovisual, no espaço público. Em 17 de junho de 2020, ouvimos o Papa Francisco referir-se ao “Dia da Consciência”, colocando-o sob a égide de Aristides e da sua atitude em 17 de junho de 1940. Em outubro deste ano de 2021, a concessão de honras de Panteão culminou o processo de reabilitação e homenagem. Aristides está entre os que o país considera como seus exemplos maiores e a justo título.

Mas só hoje, 10 de dezembro de 2021, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que foi a casa de Aristides de Sousa Mendes, inscreve na forma permanente de uma lápide e na forma viva de uma árvore de paz a homenagem ao seu diplomata que mais vidas salvou na II Grande Guerra. Só hoje convocamos a perenidade da pedra que desafia a sucessão dos dias e a promessa da oliveira que há de crescer e frutificar no nosso amanhã para agradecer a Aristides o que ele fez por causa da sua consciência de que (cito de novo as suas palavras) “não podia eu fazer diferenças de nacionalidades, visto obedecer a razões de humanidade que não distinguem raças nem nacionalidade”; para lhe agradecer o quanto ele, assim, engrandeceu a diplomacia portuguesa. Só hoje, verdadeiramente, se conclui o longo caminho de reparação que se iniciou aqui em maio de 1976, quando o ministro Melo Antunes pediu urgência na reavaliação do seu processo profissional. De certo modo, só hoje, verdadeiramente, o Palácio das Necessidades, casa dos diplomatas portugueses, acolhe Aristides de Sousa Mendes.

E tudo isto coloca questões incontornáveis: nem tanto, a meu ver, a questão histórica, que não é menor, mas deve ser deixada aos historiadores e ao seu labor, o qual não pode aceitar nem encomendas nem diretrizes. Mas outrossim a questão do sentido, que cuida de apurar o significado e o alcance deste nosso ato de hoje.

Com ele afirmamos que Aristides é um dos nossos, um dos melhores de nós todos. Por causa desse gesto que, como todos os gestos fundadores, surpreendeu e desinquietou,

desafiou a rotina e a inércia estabelecidas, perturbou os espíritos, instaurou um antes e um depois. Um antes e depois da proclamação que então fez, e subseqüentemente reiterou e defendeu, face aos que o perseguiram e junto daqueles a quem pediu auxílio, de que a consciência moral pode ter de prevalecer sobre a norma do momento; que as leis humanas, humanas que são, são imperfeitas e variáveis, mas a igual dignidade dos homens, essa, é um imperativo moral universal; e que não merece reconhecimento, aceitação e obediência a ordem que ponha em causa a dignidade humana, que negue a dignidade humana a qualquer pessoa. Independentemente da sua raça, religião ou opinião.

Aristides desobedeceu às instruções de Lisboa porque obedecer-lhes seria desobedecer à consciência, às suas convicções profundas, designadamente cristãs, na comum humanidade dos homens e mulheres. Desobedeceu porque obedecer seria ser, por omissão, cúmplice da barbárie. Desobedeceu porque desobedecer era condição necessária para salvar o que estava ao seu alcance salvar – não a humanidade inteira, não todo o povo judeu, não a enorme vergonha europeia, mas o máximo possível, na sua circunstância e raio de ação, de vidas concretas. Vidas salvas.

Estas já seriam razões bastantes para homenagear o diplomata Aristides de Sousa Mendes, como salvador de vidas, como outros foram, infelizmente bem poucos para a dimensão do terror e do silêncio que enfrentavam. Mas quero acrescentar e particularizar outra razão. É que, fazendo o que fez, Aristides não deixou de pôr em prática o que de melhor e mais útil existe na profissão e na atividade diplomática: a capacidade de, nos mais diversos contextos, tantas vezes desesperados, imaginar e propor pequenos passos em relação à convivência, trabalhando para soluções e compromissos aceitáveis e exequíveis, abrindo portas onde parecia haver só muros e edificando pontes transitáveis, mesmo que precárias, entre margens opostas. Os diplomatas agem sob instruções e Aristides ignorou ordens expressas? Sim, e também isso celebramos: incumprir o que é indigno é motivo de dignidade. E não se tema pela autoridade: a condição necessária das instruções emitidas para serem respeitadas é que sejam respeitáveis, isto é, conformes com o direito, com a justiça e com o sentido de humanidade.

Talvez tenhamos demorado anos demais a conhecer e divulgar o exemplo dos diplomatas que agiram para salvar vidas do Holocausto: Aristides de Sousa Mendes, Sampaio Garrido, Teixeira Branquinho. Talvez devêssemos ter sido mais expeditos a escavar nos arquivos, pondo em relevo as tentativas de Veiga Simões, Manuel Homem de Mello,

Ribeiro de Melo, José Augusto Magalhães e outros, para levar o regime do Estado Novo a ser minimamente compreensivo. Fomos certamente demasiado lentos a aceitar a inteireza da escolha de Aristides em favor da consciência contra a crueldade. Não é tarde, porém, nunca é tarde, para fechar deste modo o círculo: Aristides e os outros funcionários diplomáticos e consulares, que salvaram tantos em tempos de tanta barbárie, ou tentaram salvar, também assim salvaram a profissão e a carreira que haviam abraçado.

O melhor de todos, o cônsul em Bordéus, pôs no coração da sua missão esses ramos de oliveira que simbolizam a concórdia, em vez do ódio, e a misericórdia, em vez do dissídio. Inscreveu no nosso património comum um gesto efetivo e eficaz de salvamento. Por isso o lembramos e celebramos, plenamente: com as angústias e imperfeições que o terão marcado, com a sua opção básica pela dignidade da pessoa humana e com o seu gesto maior de salvamento e redenção de tantos e de si próprio. Por isso o tomamos como referência principal, por isso desejamos seguir o seu exemplo. Por isso pedimos à pedra que dura e à árvore que floresce que façam perdurar, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a casa de Aristides a que ele hoje volta, enfim, completamente, a memória de todos os diplomatas salvadores.